



ESCOLA SEM PARTIDO OU PARTIDO DO MERCADO?¹

Jessilyn Gomes da Silva

gomes.jessilyn@gmail.com²

Gleika Marques da Silva

gleikams@icloud.com³

Resumo

A pesquisa busca analisar a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) e o Projeto Escola Sem Partido (PL867/2015) indicando alguns dos principais impactos para a Geografia Escolar. As inquietações foram desmembradas a partir do cotejamento de leituras de autores sobre Ensino de Geografia: Cavalcanti (1998) e Lacoste(2012), a partir da perspectiva de “espaço” de Massey (2008) e das leituras sobre uma educação ligada a teoria dialógica (Freire, 1993);(FRIGOTO, 2017) e pelo método de investigação da pesquisa-participativa com o uso de entrevistas semiestruturadas com alunos e professores do Colégio Estadual Visconde de Cairu na Zona Norte do município do Rio de Janeiro entre os anos de 2017 e 2018. Assim, considera-se a implementação da Reforma do Ensino Médio e a aprovação de projetos vinculados ao Escola Sem Partido como pautas que não são demandas dos alunos, os quais destacaram a importância da persistência da disciplina no currículo em todos os anos do Ensino Médio, conjuntamente com a liberdade da prática docente em tempos de uma escola com censura.

Palavras-chave: Escola Sem Partido, Geografia Escolar, Reforma do Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

O trabalho possui como objetivos específicos discutir a importância da disciplina de Geografia em momentos de ascensão de discursos conservadores e neoliberais e investigar se a Reforma do Ensino Médio como apresentada na Lei 13.415/2017 é uma demanda dos estudantes conjuntamente com o grau de procura pela Geografia, no caso, pelo itinerário de Ciências Humanas.

¹ O texto faz parte de uma pesquisa acadêmica para o Trabalho de Conclusão de Curso da autora.

² Mestranda em Geografia: Produção Social do Espaço: Natureza, Política e Processos Formativos em Geografia na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

³ Mestranda em Geografia: Produção Social do Espaço: Natureza, Política e Processos Formativos em Geografia na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A temática surgiu a partir de inquietações e como objeção ao PL 867/2015 e às falas em audiências públicas de apoiadores do Projeto “Escola sem partido” como também da Reformulação do Ensino Médio, colocando em confronto e em diálogo as vozes de professores, mas sobretudo de estudantes de Ensino Médio no Colégio Estadual Visconde de Cairu, os quais não se consideram uma “tábula rasa” e “doutrinados”.

Para a realização da pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 50 (cinquenta) estudantes e 2 (dois) professores. Foi dado ênfase aos questionários respondidos pelos alunos, já que as publicidades referentes à Reforma do Ensino Médio destaca a participação dos mesmos como construtores do projeto, ainda que nem todos tenham sido consultados.

A Geografia nos permite olhar o Brasil de uma maneira diferenciada destacando as individualidades do território brasileiro, ou seja, a partir do cotidiano. O cotidiano será igual num colégio dentro de uma grande metrópole e um colégio dentro de uma área de conflito de terras?

A Geografia é uma das disciplinas criticadas pelo movimento do “Escola ‘Sem’ Partido” e ao mesmo tempo é retirada a sua obrigatoriedade no Ensino Médio. A pesquisa tem intenção de investigar os principais impactos desses projetos no Ensino de Geografia . Não obstante, tentaremos reconhecer as falácias trazidas por esses projetos.

ESCOLA SEM PARTIDO E REFORMA DO ENSINO: COMPLEMENTARIDADES?

O projeto de Lei nº 867/2015 do deputado Izalci Lucas (PSDB-DF), que populariza o Projeto Escola Sem Partido é de 2015, porém as pautas trazidas pelo projeto são defendidas desde 2004. Antes do referido PL outros projetos foram criados e posteriormente debatidos na câmara de deputados com a mesma temática, tal como a PL 7180/2014 do deputado Erivelton Santana, que era filiado ao Partido Social Cristão (PSC – BA).

A Geografia estuda o espaço geográfico e necessitamos entender a escola como esse espaço geográfico repleto de contradições para perceber os motivos da criação de projetos que retiram a obrigatoriedade da Geografia em todos os anos do Ensino Médio, a partir da Lei Nº



13.415, de 16 de Fevereiro de 2017, implementada através da Medida Provisória Nº 746 de 2016.

O desafio norteador da pesquisa é como enxergar a escola como espaço geográfico em tempos de mercadorização e tecnificação da escola? Como compreender que a educação está relacionada, há um projeto de nação que cada vez mais diminui os espaços de discussão socioespacial na escola?

O artigo 3 do PL 867/2015 assim prevê:

Art. 3º. São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes.

O autor do artigo acima o deputado Izalci Lucas tenta justificar a criação do projeto:

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis.

Em resumo, o projeto defende uma escola de pensamento único, a-espacial e político, porém não engajada às políticas sociais, mas sim, políticas que reproduzem condições desiguais, já que as concepções de educação trabalhadas pelo Projeto Escola Sem Partido é de uma escola com alunos do mesmo credo religioso, gêneros, orientação sexual e classe social. Quando é destacado no projeto que o professor está proibido de professar assuntos contrários aos “padrões de julgamento e de conduta moral da família” fica evidente o teor político conservador.

Segundo Frigotto (2017) os sinais do “Escola Sem Partido” já estão tendo efeitos práticos na sociedade e na escola, sob o signo do medo e da violência. O autor ainda compreende que, ao longo da história brasileira, tivemos períodos maiores de ausência da democracia do que da democracia efetivamente, por isso os efeitos práticos do “Escola Sem Partido” começam

a se propagar com facilidade, a partir de candidaturas eleitorais que fragilizam o estado laico e que consolidam popularidades travestidos de discursos patrióticos. No entanto, na prática, esse governo apoia a retirada da obrigatoriedade da Geografia que há anos cumpriu justamente um papel de difusora dos sentimentos patrióticos.

O ESP não está preocupado com a precariedade dos contratos de trabalho dos profissionais da educação e com o sucateamento das escolas públicas, realidade que vem reduzindo o interesse dos jovens pela carreira do magistério. E a, previsão nos PLs, da possibilidade de denúncia anônima e de criminalização de educadores subtrai os direitos constitucionais referidos de uma categoria profissional já muito desprestigiada e aviltada (Rosa, 2018, p. 61)

O projeto trabalha com o denunciamento, a partir de planejamento de denúncias que são ensinadas pelo seu site. Na aba “*Flagrando o Doutrinador*”⁴ há características de professores que seguem o modelo “doutrinador”, por exemplo, quando o professor “*se desvia freqüentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional*”.

Essa citação da publicação do site é uma negação para o Ensino de Geografia, tendo em mente a necessidade do comprometimento do professor com uma visão transescalar para o entendimento do aluno, a partir do conteúdo proposto, logo, em sala de aula estudaremos a dinâmica do espaço geográfico, as relações entre fixos e fluxos e as demais categorias sem nos deter a uma das realidades dos estudantes?

As obras e as práticas freireanas contribuíram para a busca por uma educação que proporcionasse uma leitura de mundo combatendo a “teoria antidialógica”, estratégia de opressão para diminuir o diálogo e alienar a sociedade das decisões políticas e das formas de organização social. Com o método de ensino de Paulo Freire, adultos e crianças foram alfabetizados, a partir da conscientização dos problemas nacionais, o que podemos caracterizar como uma função alfabetizadora da Geografia.

⁴ Página do site disponível em: <http://escolasempartido.org/flagrando-o-doutrinador>



Outra negação do Projeto de Lei para o Ensino de Geografia seria na abordagem da questão da população, tanto no Ensino Médio quanto no Ensino Fundamental. Ao trabalhar o perfil da população brasileira, é possível, por exemplo, incluir nessa análise dados estatísticos relacionados às minorias, por exemplo, o aumento da expectativa de vida no Brasil. Segundo o IBGE no censo de 2016, a expectativa de vida brasileira era de 75,8 anos, sendo 72,2 anos para o homem e 79,4 anos para mulheres, em contraposição, para população transexual é de 35 anos mais da metade da média nacional. Logo, é doutrinação demonstrar que os dados demográficos são relativos?

Um dos alunos entrevistados criticou o movimento que nega a legislação educacional vigente: *“Uma escola que não fala sobre política? A política está presente em tudo [...] Esse conceito de política que as pessoas têm, que é aquela política parlamentarista, é um conceito pobre que é disseminado para ignorância e serviço, melhor dizendo ‘deserviço’ para sociedade.”* Por fim, os ataques à educação acabam interferindo no Ensino de Geografia e negando as práticas espaciais dos alunos.

Foram entrevistados 50 (cinquenta) alunos do 3º e 2º ano da faixa etária entre 17 e 22 anos, sendo que 28% dos alunos não conheciam o Projeto Escola Sem Partido, apesar disso, alertavam os possíveis impactos da Reforma do Ensino Médio. A inquietação dos alunos contribuiu para o prosseguimento da pesquisa, na qual tinha como principal objetivo a priori trabalhar o Escola Sem Partido. Entretanto, com os questionamentos dos alunos sobre a Reforma do Ensino Médio dentro de uma metodologia da pesquisa-participativa, a pesquisa começou a se debruçar também nos possíveis impactos da Reforma do Ensino Médio na Geografia Escolar.

Quando a Lei 13.415/2017 cita “a possibilidade de oferecimento do sistema de ensino” (art.36) não é certo de que a escola possuirá todos os itinerários formativos propostos para o Ensino Médio ou, pelo menos, mais de um. Desse modo, não será pautado no projeto de vida do aluno como declarado nas publicidades de divulgação da Reforma do Ensino Médio. Os itinerários formativos são: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais aplicadas e Formação técnica profissional. Ou seja, mais uma vez a educação não é trabalhada, a partir de um projeto de nação, mas sim por documentos com efeitos imediatos.

Ao entrevistar os professores sobre a possível relação dos projetos, os mesmos disseram:

Olha, é uma relação possível de ser feita sim. Mas, eu acho que a principal ideia da Reforma do Ensino Médio não é a desideologização do ensino, é muito mais a formação de uma classe de brasileiros voltados para o mercado de trabalho bem específico. Enquanto as escolas públicas como as minhas, que dou aula, servirão para formação mesmo da classe trabalhadora, cuja as habilidades os conhecimentos necessários serão ler e escrever e operações básicas matemáticas e lógicas sobre causa e consequências. (Professor B)

A professora conseguia enxergar uma maior complementaridade entre os dois projetos, não observando a Reforma do Ensino Médio como formadora apenas de uma mão de obra específica, mas também, um olhar mais crítico para o Escola “Sem” Partido, visto que *“não precisa de Escola Sem Partido a censura já está aí. Tiram a obrigatoriedade de Sociologia, Filosofia, Geografia e História que levam a juventude a pensar, nem precisa essa censura toda, esse cerceamento do Escola Sem Partido é só colocar essa reforma em prática.”* (Professor A).

Ambos professores enxergam os projetos colocados em pauta, a partir de uma visão pessimista, tendo o professor B criticado a nova divisão do trabalho, a qual será estabelecida na diferença de oferta de disciplinas, no caso, os itinerários, já que as escolas públicas não estarão obrigadas a possuir todos os itinerários. Qual área de ensino uma escola na periferia ou uma cidade do interior de um estado oferecerá? De certo o itinerário que mais participa da economia da região, ou seja, empresas participarão da escolha dos itinerários responsáveis para as escolas? Com o itinerário profissionalizante não necessita um conhecimento mais especializado em algumas disciplinas do currículo existente, ou seja, muito provavelmente o ensino será pautado em um ensino tecnicista para formação de mão-de-obra barata.

Há alunos que enxergam que a Reforma está atrelada ao desmonte da escola pública e promoção de uma educação mais diferenciada entre classes sociais, como mostrado pelo aluno “Rael”:

É óbvio que não aprovo essa reforma. Não dá, é uma das matérias essenciais como Sociologia, História e Filosofia. Não pode tirar isso, é aquilo, você vai perder a matéria que te integra pelo mundo. Eu acho que essa reforma veio para prejudicar os alunos. É aquilo, não é uma crise, é um projeto que tá rolando na educação. Um projeto de precarizar ao tal nível que precise de uma



privatização. Eu acho que essa reforma não vai nos ajudar em nada. O Ensino não só no Médio, mas o fundamental precisa de uma reforma sim, mas uma reforma real que beneficie o aluno desde a base.

A Geografia Escolar trabalhará diversas “geografias”, posto que a humanidade dispõe de diferentes marcas na terra, ou seja, formas diferenciadas de organizar o espaço, por isso que o aluno retrata que a disciplina irá integrá-lo ao mundo, levando o estudante ao conhecimento dessas diferentes marcas espaciais. Entretanto, o Projeto Escola Sem Partido e a Reforma do Ensino Médio estarão dentro de uma concepção de mundo voltada a competitividade negando o caráter formativo humano do Ensino Médio, aprofundando a ideia de uma educação que separe trabalhadores para “fazer” ou “pensar”.

Os alunos do 3º ano retrataram momentos em sala de aula que sofreram alguns constrangimentos (Quadro 1) sendo na maioria causados por posicionamentos políticos mais conservadores.

QUADRO 1 - CASOS DE CONSTRANGIMENTO NO COLÉGIO

Kiara: Eu e um amigo estávamos debatendo sobre o liberalismo e no final ele encerrou gritando à raiva dizendo: "Fizeram sua cabeça".

Gael: Se você mostrar uma ideia mais à esquerda num ambiente em que as pessoas não têm muito acesso à informação, ou têm tipo, sofrendo uma alienação por muito tempo, você acaba sendo taxado de comunista, porque aparentemente todo pessoal da esquerda é comunista. É, é engraçado tipo, no processo de ocupação também foi complicado éramos chamados de vagabundos de que não tínhamos que fazer, sendo que estávamos lutando por um ambiente melhor. Na ocupação conseguimos algumas coisas, outras não.

Rael: Uma professora perguntou minha ideologia, eu falei que eu era, que tinha ideia mais a esquerda e adepto as tais tipos de ideologia, tinha uma simpatia com o Marx e ela riu da minha cara e disse que isso era besteira e que eu não ia mudar o mundo e tal e começou a me chamar de comunista em todas as aulas. E isso gerou problema.

Fonte: (A autora, 2018)

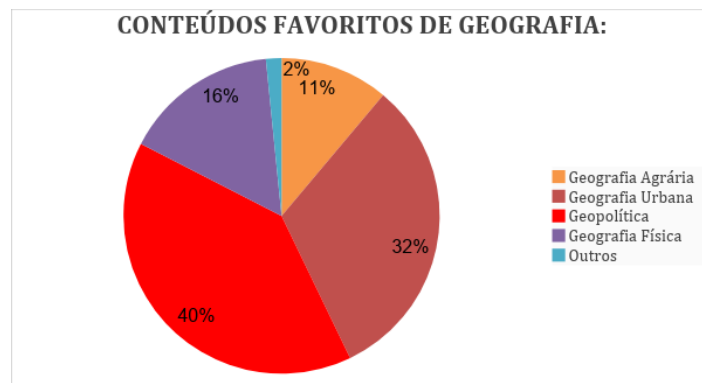
Os depoimentos dos discentes denunciam à dificuldade do diálogo entre pensamentos diferenciados. O antidiálogo é uma ferramenta de dominação para desmobilizar a compreensão política e o processo de troca de conhecimento.

Um dos momentos de investigação e comprovação das falácias transmitidas pelos defensores do Projeto Escola Sem Partido se deu na audiência pública em Duque de Caxias. Foi dito por um dos defensores do projeto que o Ensino de Geopolítica nas escolas é voltado ao incentivo do ódio contra nação norte-americana, tendo em mente que o mesmo disse que sua professora de Geografia parecia comemorar o atentado terrorista em 11 de Setembro de 2001 contra as Torres Gêmeas. Além disso, o orador argumentou que os alunos estão cansados de desse ensino de Geopolítica.

No entanto, na nossa pesquisa, os alunos apresentaram o conteúdo que mais preferem estudar em Geografia e definiram que eram os conteúdos relacionados à Geopolítica. Foram 25 alunos (58% dos entrevistados), já que apenas 43 (quarenta e três) alunos responderam sobre seu conteúdo favorito (gráfico 2).

Portanto, a geopolítica é uma aplicação das ideias pensadas pela Geografia Política, despertando nos alunos o cunho estratégico da Geografia pela análise dos jogos estratégicos de poder pelo mundo.

GRÁFICO 2 - CONTEÚDOS FAVORITOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA PARA OS ALUNOS DO COLÉGIO ESTADUAL VISCONDE DE CAIRU.



Fonte: (A autora, 2018).

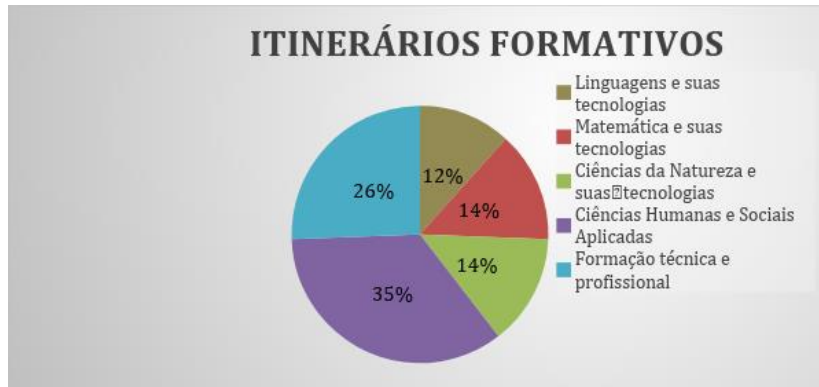


“CAIRU” INSERIDO NA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

A Lei 13.415/2017 alcançou sua aprovação em todas as instâncias, no entanto sua implementação se prolongará até o ano de 2022. Enquanto isso, os colégios estaduais vão se reconfigurando para adequação do Novo Ensino Médio. Os discentes do Colégio Estadual Visconde de Cairu que foram escutados na pesquisa provavelmente não estarão na instituição no último ano de implementação, apesar disso contribuíram para entender como seria a escolha dos itinerários, caso o critério de escolha fosse aptidão do aluno.

O itinerário com 15 (quinze) votos (gráfico 3) e mais votado foi o itinerário de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, no entanto na Lei 13.415/2017 não explicita se o critério é a “escolha” do aluno como é levantado nas publicidades sobre a Reforma. Isto é, a instituição não possui obrigatoriedade de ofertar o itinerário escolhido pela maior parte dos alunos.

GRÁFICO 3 - POSSÍVEIS ESCOLHAS DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS NO COLÉGIO ESTADUAL VISCONDE DE CAIRU.



Fonte: (A autora, 2018).

A preocupação espacial negligenciada pela “Reforma do Ensino Médio” é a demanda do aluno, contudo a necessidade atual para educação é o bom desempenho em avaliações externas, nas quais tornaram um instrumento de parâmetro de qualidade de Ensino e não uma escola que exercite debates sobre questões relacionadas às práticas espaciais do aluno.

É nessa seara que a reestruturação do currículo do Ensino Médio é posta como urgente: melhorar o desempenho no IDEB e no PISA, flexibilizando o currículo de forma a facilitar as escolhas das disciplinas que os jovens das classes populares teriam menor dificuldade e, com isso, provavelmente,

melhor desempenho nas avaliações em larga escala; desenvolver habilidades e competências que facilitem o ingresso no mercado de trabalho, formal ou informal, ou que proporcionem ocupações que venham a gerar renda — nesse caso, por meio do ensino de empreendedorismo. (Frigotto, 2017, p.11)

Massey (2008) reflete sobre a limitação do entendimento do conceito “globalização”, o qual está carregado de espacialidade, no entanto é reduzido como evolução tecnológica nas imaginações geográficas populares não compreendendo como o conceito nos ajuda a decifrar políticas internacionais adotadas no Brasil para tratar até a educação nos moldes de outras nações.

A verdadeira importância da espacialidade, a possibilidade de múltiplas narrativas fora perdida. A regulação do mundo em uma trajetória única, via concepção temporal do espaço, era, e ainda frequentemente é, um meio de recusar-se a tratar a multiplicidade essencial do espacial. Trata-se da imposição de um único universal. (Massey, 2008, p.111)

O conceito de globalização denunciado por Massey (2008) é entendido como um processo a-espacial. A globalização a-espacial traz para o imaginário das pessoas uma visão de mobilidade sem limites para o fluxo de capitais e informações, negando as particularidades, trabalhando com a equivalência, pois as diferenças históricas e identidades são negadas em favor do crescimento da modernidade capitalista, mesmo uma modernidade travestida de crescimento econômico e aumento de renda para apenas alguns países, no entanto a ideia dessa modernidade como etapa se pendura há muitos anos, por isso, “países são coagidos a entrar na linha, atrás dos que planejaram a fila” (MASSEY, 2008, p.127).

Essa base teórica possibilita compreender como as reformas educacionais podem ser relacionadas ao atendimento de necessidades dos países que “planejam a fila” e que são caracterizados, a partir da perspectiva de uma ordem distante (LEFEBVRE, 1991b), isto é, a educação participa como um valor de troca para outros tipos de infraestruturas e é comercializada por agentes não participantes da sua construção, tais como grandes empresários, aparecimento de projetos sobre a educação, nos quais não há participação de educadores em sua construção. A “ordem distante” trabalha com a exterioridade, a partir dos resultados de avaliação externas, com uma escola que não está preocupada na formação de alunos mais



humanos, já que a educação tem uma característica diretamente ligada ao seu processo de construção cidadã, visto que a educação humaniza.

O PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) é uma avaliação externa para definir a qualidade de ensino e que negligencia os problemas estruturais das escolas brasileiras. Ao negligenciar a realidade brasileira, medidas externas impostas por organismos multilaterais são promovidas seguindo a lógica da “globalização a-espacial”, tal como uma reestruturação do currículo para o atendimento de uma demanda externa.

A globalização indica uma tensão contraditória entre a homogeneização das várias esferas da vida social e fragmentação, diferenciação e antagonismos sociais. Por ser assim, a compreensão da globalização requer a análise das particularidades dos lugares, que permanecem, mas que não podem ser entendidas nelas mesmas. O que há específico nas particularidades deve ser encarado na mundialidade, ou seja, o problema local deve ser analisado como problema global, pois há na atualidade um “deslocamento” (no sentido des-local) das relações sociais. (Cavalcanti, 1998, p. 90)

Seguindo o pensamento de Cavalcanti (1998), as políticas referentes a educação agrupadas com nomes de Reforma e a criação de políticas educacionais devem ser enxergadas, a partir tanto de uma visão local, ou seja, as motivações para as supostas pautas no caráter local, como também desenvolver o raciocínio histórico-dialético da participação de mecanismos globais e políticas que são desenvolvidas para sociedades com outro tipo de formação política, intelectual e cultural.

O capital não possui “pátria” e os ajustes neoliberais para educação flutuam sob as nações latino-americanas em momentos de ascensão de interferências externas sobre o território latino ou em momentos de instabilidades políticas.

O depoimento do aluno Rael quando o mesmo diz que: “*Nossa função é ser mão-de-obra barata*” dialoga com as reflexões de Frigotto, pois ambos reconhecem a Lei 13.415/2017 como um ataque aos filhos da classe trabalhadora restringindo o contato do aluno com determinados tipos de saberes que são importantes para formação política e construção da autonomia para busca de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da Geografia está declarada no imaginário da maioria dos alunos, visto que através das entrevistas ficou constatado que apenas um estudante teve um posicionamento favorável à retirada da obrigatoriedade da Geografia nos três anos regulares do Ensino Médio. Mesmo com a persistência de problemas metodológicos e com a segmentação da ciência, fica evidente que ela é compreendida em sua importância de interpretar o espaço para construir nossas marcas na Terra, ou seja, nossas geografias de uma forma diversa.

Foi percebido que a diversidade se corporifica na escola, sendo muitas vezes o único espaço para discussão sobre preconceitos que estão presentes em nossa sociedade, do mesmo modo para contestar às injustiças, ser um espaço de contestação da desigualdade, a Geografia reafirma o seu papel de contestação cabendo a disciplina trabalhar reivindicações espaciais. Em virtude da importância declarada da disciplina, e por efeito do direcionamento ao debate, ao pensamento crítico e a leitura socioespacial diversos projetos tentam retirar ou limitar suas discussões na escola utilizando falácias para mascarar a importância dos conteúdos geográficos, por exemplo, a falácia sobre o ensino de Geopolítica trazida no texto.

A mercadorização e tecnificação existente no sistema educacional, e reafirmada com a Lei 13.415/2017, diminuem a capacidade de observação da escola como um espaço geográfico, a partir da transformação do espaço que aguçaria a leitura de mundo de um cidadão para um espaço de consumo, tendo como a complementariedade o Projeto Escola Sem Partido esvaziando a formação política dos estudantes.

Com a aprovação de Projetos vinculados ao ESP a finalidade da ciência geográfica ficará mascarada e sofrerá novamente um esvaziamento parecido com a aglutinação da Geografia na disciplina de Estudos Sociais. Portanto, é necessária a aproximação da comunidade escolar com a família dos estudantes debatendo tais projetos, a partir da contribuição de educadores que estão debruçados sobre a temática para refletir o quanto antipedagógico é o Escola Sem Partido e ilusória a Reforma do Ensino Médio.

A coletividade da resistência é trabalhada como enfrentamento à projetos homogeneizadores, em virtude da existência de dois movimentos que estão crescendo e caminhando para uma frente de oposição contra o ESP e de discussão da Reforma do Ensino



Médio. Tanto o coletivo “Professores contra o Escola Sem Partido” quanto o Movimento pela Educação Democrática utilizam as mídias sociais como instrumento de divulgação para defender a escola pública e uma educação democrática por meio de grupos de pesquisas, livros, criação de manuais de defesa contra censura na escola e acompanhando o crescimento do ESP nas câmaras municipais de todo o Brasil, a partir da criação e um mapa interativo com o levantamento dos municípios nos quais estão sendo propostos projetos semelhantes ao analisado nesse trabalho.

Por fim, como organizar a prática docente em Geografia num período de incentivo à desinformação? Como os outros Colégios Estaduais estão articulando as discussões sobre o ESP e principalmente acerca da Reforma do Ensino Médio a qual implementação está sendo efetivada?

A busca da produção de um conhecimento continuado é uma motivação para o encaminhamento dos próximos estudos para respostas para as novas reflexões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 867 de 2015, que inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Brasília: DF, 2015.

_____. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1494234> . Acesso em 13 jan. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.145, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 26 maio 2019.

CAVALCANTI, Lana de S. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**. Campinas: 18ª Ed. Papirus, 1998.

COUTO, Marcos Antonio Campos. Ensinar Geografia na escola pública de hoje. In: SACRAMENTO, Ana Cláudia Ramos; ANTUNES, Charles da França; SANTANA FILHO, Manoel Martins. (Org.). **Ensino de geografia: produção do espaço e processos formativos**. 1ª ed. Niterói: Ed. Consequência/FAPERJ/FFP-UERJ, 2015, v. único.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.



_____. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FRIGOTTO, G. (org). **Escola ‘sem’ partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: LPP/Uerj, 2017. 144 p.

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo, Cortez, 2008.

LACOSTE, Yves. **A Geografia: isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 19a.Ed. Campinas: Papyrus, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991b.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2008. 312 p.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida Provisória nº 746/2016, (LEI Nº 13.415/2017)**. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, p.355-372, abr.-jun., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00355.pdf>

PENNA, Fernando; FRIGOTTO, Gaudêncio; QUEIROZ, Felipe (orgs.). **Educação democrática: antídoto ao Escola Sem Partido**. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018.

ROSA, Russel. Direito à educação democrática: conquistas legais e ameaças. In: **Educação democrática: antídoto ao Escola Sem Partido**. PENNA, Fernando; FRIGOTTO, Gaudêncio; QUEIROZ, Felipe (orgs.). Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.